

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO

Pedro José de Oliveira Machado

Departamento de Geociências – UFJF

Juiz de Fora/MG

RESUMO: Esse artigo apresenta um estudo sobre as principais características demográficas do município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata mineira, tendo como recorte temporal o período de 1850 a 1920, momento em que a cultura cafeeira forma a base econômica da cidade e região, resultando em amplo processo migratório e grande crescimento demográfico. O estudo se fundamenta na análise e interpretação apenas de dados oficiais, obtidos a partir dos recenseamentos realizados no período analisado, ou seja, os censos de 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 e 1920, todos ocorridos após a emancipação político-administrativa do município, em 1850. Os principais resultados traçam considerações ligadas ao crescimento da população local, sua composição por sexo, concentração e taxa de urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Demografia; Cafeicultura; Recenseamentos; Juiz de Fora.

ABSTRACT: This article presents a study about the main demographic characteristics of Juiz de Fora, located in the Zona da Mata, Minas Gerais, Brazil. The time period is from 1850 to 1920, when the coffee culture forms the

economic base of the city and region, resulting in a large migratory process and great population growth. The study is based on the analysis and interpretation of only official data obtained from the censuses carried out during the period analyzed, the censuses of 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 and 1920, all of which occurred after the political-administrative emancipation of the municipality in 1850. The main results are related to the growth of the local population, its composition by sex, concentration and rate of urbanization.

KEYWORDS: Demography; Coffee cultivation; Censuses; Juiz de Fora;

1 | INTRODUÇÃO

No período que compreende a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século seguinte, Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata mineira, experimentou um expressivo surto de desenvolvimento econômico, o que a singularizou no plano estadual e nacional, como um dos centros de maior crescimento e de mais acentuada marcha demográfica. Em 50 anos o município passou da condição de recém-criado – emancipado de Barbacena – em 1850, para a condição de mais rico, desenvolvido e populoso do Estado de Minas, em 1900.

Tudo isso, direta ou indiretamente, decorrente da cultura cafeeira que adentrou Minas Gerais, vinda do vale do Paraíba fluminense, no início do século XIX, a partir das áreas de divisa (atuais municípios de Simão Pereira, Chiador, Rio Preto etc.), daí se expandindo para a parte sul da Zona da Mata.

A produção cafeeira regional começa a se destacar no período de 1847/1848, quando o Estado registra uma exportação de 745.381 arrobas, das quais 743.707 tinham como procedência a Zona da Mata, e de Juiz de Fora, em particular, procediam 183.895 arrobas (GIROLETTI, 1988, p.31). Já por volta de 1855/1856 “o município se apresentava como o principal produtor da rubiácea mineira” (GUIMARÃES, 2006, p.44). A importância do café se mantém crescente, de tal forma que esse produto “entre 1870 e 1930 ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela significativa maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920” (PIRES, 2009, p. 28/29). Essa situação se prolonga até a depressão econômica de 1929, quando o produto (e a região) perde importância.

Enquanto se manteve como atividade econômica principal, a cafeicultura trouxe vários impactos e consequências para a organização territorial regional, especialmente com a consolidação de uma posição de centralidade econômica de Juiz de Fora. É aí, no ambiente urbano do vasto município, que é investida grande parte dos muitos recursos produzidos pela cultura cafeeira, o que vai firmar as bases para um forte processo de urbanização e industrialização. São grandes os investimentos desse período: em transportes (Estrada União & Indústria, Ferrovia D. Pedro II, sistema de bondes urbanos de Juiz de Fora, elétricos a partir de 1906); em infraestrutura (abertura de ruas, ampliação da construção civil, hospital, abastecimento público de água); no desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços (lojas, hotéis, profissionais liberais); no sistema de educação e cultura (escolas, teatros, revistas, jornais); na rede bancária (criação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, ambos com sede em Juiz de Fora); nos sistemas de telefonia e telégrafo; nas indústrias diversas (com destaque para o ramo têxtil). Tudo isso impulsionado por um sistema gerador próprio, fruto do pioneirismo da instalação da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, inaugurada em 5 de setembro de 1889.

Outro importante efeito dessa situação de expansão econômica foi o destacado crescimento demográfico da região e, sobretudo, do município, em larga medida decorrente do intenso processo migratório, responsável pelo rápido e expressivo aumento de sua população. Entre os anos de 1855 e 1920 a população municipal cresce 325,18%, tornando Juiz de Fora, na virada do século, o município mais populoso do Estado e em 1920, o 11º do país.

Era o reflexo do que ocorria com Minas Gerais de maneira geral. A sequência de ciclos econômicos, primeiro ouro e diamantes e depois o café, foi responsável por colocar o Estado, durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX,

como o mais populoso do país, centro receptor de um constante e expressivo fluxo migratório. O que se observa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, foi o deslocamento da centralidade econômica, que se transfere da decadente região mineradora, para a Zona da Mata, cafeeicultora, consolidando Juiz de Fora como seu principal core.

Contudo, essa importante dinâmica demográfica local/regional não tem sido objeto de estudos específicos, mesmo se constituindo numa questão merecedora de grande aprofundamento, uma vez que se relaciona direta e/ou indiretamente com outras várias estruturas regionais, ligadas à economia, às forças políticas e à constituição territorial. Em relação aos trabalhos existentes podem ser elencados dois problemas recorrentes: 1) a utilização de dados decorrentes de fontes não oficiais (como os censos, sobretudo) ou, noutros casos, sem que seja feita referência à respectiva fonte; e 2) a utilização de dados demográficos sem que se faça a necessária correlação com a respectiva base territorial, ou seja, o dado demográfico, muitas vezes, é apresentado para 'Juiz de Fora', de maneira geral, sem especificar, com exatidão, a qual unidade territorial se refere, se ao município, à cidade, à paróquia ou ao distrito sede, o que no século XIX, especialmente no período imperial, faz enorme diferença. Isso tem levado a dúvidas e/ou incorretas interpretações de muitos fatos relacionados à evolução e à dinâmica demográfica local. Essa é, inclusive, uma das preocupações do presente estudo, que se dedica a investigar a dinâmica demográfica local utilizando somente dados demográficos oficiais, sempre buscando relacionar tais informações aos seus respectivos recortes territoriais.

2 | METODOLOGIA, OBJETIVOS E BASE DE DADOS

O estudo demográfico de Juiz de Fora pode ser dividido, assim como o de outros municípios do sul da Zona da Mata Mineira, de maneira geral, em 3 fases principais, todas direta ou indiretamente influenciadas pelo café, seja por sua ausência, por seu desenvolvimento, seja por seu declínio.

A primeira fase compreende um grande lapso de tempo, se estendendo desde a abertura do Caminho Novo, no início do século XVIII, até a década de 1840. É a fase do povoamento inicial que vai se caracterizar pela baixa densidade de ocupação local e mesmo de toda Zona da Mata. Nesse momento se estabelece uma ocupação linear, que acompanhava o traçado do Caminho Novo e que se caracterizava pela existência de pequenas povoações, de aspecto rude e tosco – como era o caso de Juiz de Fora, então Morro da Boiada, localizado à margem esquerda do Rio Paraibuna.

Nessa fase Juiz de Fora não reunia suficiente consolidação econômica, urbana ou demográfica capaz de fazê-la presente entre as principais localidades da província. Longe disso. Embora existam registros do topônimo 'Juiz de Fora' que datam do início do século XVIII (SANTIAGO, 1979, p.20; 1985, p.23; LESSA, 1985, p.26), tratava-se, na verdade, de uma acanhada povoação. Valverde (1958, p.27), por exemplo,

assinala que por volta de 1820, “Juiz de Fora era então um centro tão diminuto que apenas é citado de passagem, mais para explicar seu curioso nome que por outro motivo”. Sendo assim, pode-se concluir que entre a ocupação inicial e a consolidação desse processo, que só vai ocorrer a partir da década de 1840, passou-se quase um século e meio. Essa fase se caracteriza pelo pequeno quantitativo demográfico, pelo baixo crescimento e pela tipologia rural.

A segunda fase se estende de 1850, ano que marca a criação do município de Santo Antônio do Paraibuna (que mais tarde receberá o nome de Juiz de Fora), emancipado de Barbacena, e se prolonga até 1929, quando ocorre a grande depressão econômica no país. Esse período vai consolidar outro estágio da evolução demográfica local, sobretudo pela influência do café, que embora tenha penetrado o Estado de Minas no início do século XIX, somente agora vai viver seu momento de maior expansão. Aqui, economia cafeeira e demografia vão manter estreita relação.

A partir da década de 1840 dois acontecimentos vão redefinir a história de Juiz de Fora e também de seu comportamento demográfico. Um desses fatores determinantes foi obviamente, o desenvolvimento e consolidação da cultura cafeeira, que criou uma abastada classe de barões, com crescente poder econômico e político. O café passou a dar sustentação à economia regional, e, ao mesmo tempo, destinou a Juiz de Fora o papel de centralidade dessa economia. Isso vai levar a um forte e contínuo processo de migração, que tinha como foco a frutífera Zona da Mata mineira. Outro fator determinante, que ocorre de maneira paralela é a implantação da Estrada Nova do Paraibuna, acontecimento fundamental para a consolidação da centralidade econômica de Juiz de Fora. A nova estrada, aberta por Halfeld, a partir de 1836, que se constitui na maior intervenção regional depois do Caminho Novo, foi responsável por originar e consolidar seu processo de urbanização, a partir da abertura de sua principal via estruturadora – a atual Avenida Barão do Rio Branco – e por trasladar a povoação para a margem direita do Rio Paraibuna, “trocando a geomorfologia dos morros pela da planície” (MACHADO; SANTOS, 2017, p.74).

Lastreada pela crescente cultura do café e, indiretamente favorecida pelo declínio da atividade aurífera na região central da Província, a economia local se expande e demograficamente ocorre um salto significativo. Em 1855, segundo dados do chamado “Mapa Aproximado da População do Município da Vila de Santo Antônio do Parahybuna”, o município, então formado por 5 freguesias, contava 27.792 habitantes. No recenseamento de 1920 sua população alcançava 118.166 habitantes, o que equivale a um crescimento demográfico de 325,18% no período.

A terceira fase de sua evolução demográfica ocorre a partir da crise de 1929, quando o café e a economia regional entram em declínio. A partir de desse momento vão se observar características demográficas bem diferentes daquelas presentes nos períodos anteriores, algumas das quais existentes até os dias atuais. A crise da economia cafeeira leva a um forte êxodo a partir da área rural do município e uma expressiva migração a partir das cidades menores da região que também se dedicavam

ao cultivo do café. Em ambos os casos o processo migratório ocorre em direção a Juiz de Fora, centro urbano que concentrou as diversas atividades infraestruturais viabilizadas pela cultura cafeeira. Passa a ocorrer uma expressiva concentração da população regional em Juiz de Fora, assim como da população do município no distrito sede, atingindo percentuais sempre crescentes até os dias atuais.

O objetivo dessa pesquisa se concentra exatamente em estudar as principais características da evolução demográfica do município de Juiz de Fora, tendo como recorte temporal o período de 1850 a 1920, momento em que a cultura cafeeira encontra-se no seu auge, formando a base do desenvolvimento econômico da cidade e região, constituindo também o período de máxima efervescência demográfica local.

O estudo se baseia na análise e interpretação apenas dos dados demográficos oficiais, disponibilizados pelos recenseamentos realizados dentro do período analisado, ou seja, 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 e 1920 (apresentados a seguir), todos, portanto, ocorridos após a emancipação político-administrativa do município, em 1850.

2.1 “CENSO” de 1855

Existe um dado muito importante para o estudo da dinâmica demográfica de Juiz de Fora, datado de 1855. Foi uma espécie de recenseamento realizado na Província de Minas Gerais e cujos resultados podem ser observados no intitulado “Mapa Aproximado da População do Município da Vila de Santo Antônio do Parahybuna”. Nessa época o município já gozava de autonomia político-administrativa, tendo como sede a Vila de Santo Antônio do Paraibuna.

O município, de acordo com esse censo, se encontrava dividido administrativamente em 5 freguesias e 9 distritos, da seguinte forma: Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna (composta por um distrito); Freguesia de Simão Pereira (composta por um distrito); Freguesia de São Francisco (contendo os distritos de São Francisco, São José e Rosário); Freguesia de Rio Preto (formada pelos distritos de Rio Preto, Santa Bárbara e Jacutinga) e Freguesia de Chapéu d’Uvas (formada apenas pelo distrito de igual nome).

De acordo com os dados desse “censo”, o município somava 27.792 habitantes. Considerando-se somente a Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna (formada apenas pelo distrito da Vila), tinha-se uma população de 6.466 habitantes (sendo 2.401 brasileiros, 40 estrangeiros e 4.025 escravos, esses últimos representando, portanto, 62,24% da população da freguesia), conforme dados apresentados na Tabela 1. É possível observar que a população cativa também representava a maior parte da população do município, 59,11%, o que se deve, sobretudo, à destacada produção cafeeira que dominava a economia local e que se apoiava no trabalho escravo para seu desenvolvimento. Segundo Fazolatto (2007, p. 27) a população branca era ainda mais reduzida, “já que entre os cidadãos livres estavam incluídos os pardos e escravos alforriados”.

Freguesias	Brasileiros	Estrangeiros	Escravos	Total
S. Antônio do Paraibuna	2.401	40	4.025	6.466
Simão Pereira	1.585	20	3.920	5.525
São Francisco	3.497	42	4.087	7.626
Rio Preto	2.261	70	3.391	5.722
Chapéu D'Uvas	1.432	16	1.005	2.453
Soma	11.176	188	16.428	27.792

Tabela 1 – População do Município de Santo Antônio do Paraibuna, por freguesias, em 1855

2.2 Recenseamento de 1872

Nesse ano ocorre o chamado Censo Geral do Império, o primeiro recenseamento em escala nacional. Também foi o primeiro (e único no plano nacional) a incluir dados referentes ao número de escravos, já que o próximo censo vai acontecer em 1890, após a abolição de 1888. Além do quantitativo demográfico, por paróquia, esse censo pesquisou dados referentes à cor, sexo, condição (livres e escravos), estado civil, nacionalidade, instrução, defeitos físicos, ocupação e religião (com apenas duas opções: católicos ou acatólicos).

Por ser o primeiro recenseamento nacional, envolvendo um trabalho enorme, o censo de 1872 apresentou vários problemas. Muitas paróquias na província de Minas Gerais não foram recenseadas, incluindo a de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, que fazia parte do município de Juiz de Fora, o que se torna um inconveniente ao estudo demográfico local.

O município de Juiz de Fora figura nesse censo demográfico constituído por 5 Paróquias (Santo Antônio do Juiz de Fora, Nossa Senhora da Assumpção de Chapéu D'Uvas, São José do Rio Preto, São Francisco de Paula do Monte Verde e Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara), apresentando uma população total de 38.336 habitantes, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Contudo devem ser feitas as seguintes importantes observações sobre os resultados desse recenseamento para o município: 1) como já mencionado, não estão incluídos os dados demográficos referentes à Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, por não ter sido recenseada. Como se tratava de uma importante área produtora de café, por certo isso afetou o resultado final do censo para o conjunto do município. De acordo com Guimarães (2006, p.45), por exemplo, essa paróquia “detinha número considerável de mancipios – aproximadamente 5.000 escravizados”. Essa situação, por si só, continua a autora, “já aponta que o quantitativo de cativos de Juiz de Fora era maior do que o contido no censo”; 2) outro problema atribuído ao recenseamento de 1872, em Juiz de Fora, é apontado por Oliveira (1991, p.50/51) que afirma que tal censo teria omitido “o número de estrangeiros alemães, colocando a presença portuguesa, na Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, superior a das outras nacionalidades”.

Com isso pode-se concluir que o dado demográfico apontado para a população total do município de Juiz de Fora, em 1872, está subestimado, bem como os dados

sobre sua população escravizada. Mesmo assim, com seus 38.336 habitantes, o município já aparecia como o 16º mais populoso entre os 72 existentes na Província de Minas Gerais.

Paróquias	População	Livres	Escravos
Santo Antônio do Juiz de Fora	18.775	11.604	7.171
Nossa Senhora da Assumpção do Chapéu d'Uvas	6.415	4.831	1.584
São José do Rio Preto	9.142	5.039	4.103
São Francisco de Paula do Monte Verde	4.004	2.494	1.510
Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara (*)	---	---	---
Totais (**)	38.336	23.968	14.368

Tabela 2 – População do Município de Juiz de Fora, por paróquias, em 1872

Fonte: Diretoria Geral de Estatística (1876, p. 1.027-1.038);

(*) A Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara não foi recenseada;

(**) Não inclui os dados da Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara.

2.3 Recenseamento de 1890

Em 1890, quando se realizou o segundo recenseamento geral do país (o primeiro após a proclamação da República), os Estados (antigas Províncias) e também os municípios (antigos Termos) apresentavam uma constituição político-administrativa diferente. A alteração territorial republicana mais importante decorreu do abandono da unidade eclesiástica da Paróquia (ou freguesia), amplamente utilizada no período imperial, passando a divisão territorial a ser fundamentada nos Distritos. Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, que tratava da “organização municipal”, regulamentou a questão em seus primeiros artigos. De acordo com seu Artigo 1º “o distrito é a base da organização do Estado de Minas Gerais”, sendo o mesmo conceituado no § 1º como “a circunscrição territorial que tem administração própria, em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse”. O Município, por essa mesma lei foi definido como “a reunião de distritos, formando outra circunscrição administrativa, com direitos, interesses e obrigações distintas (...)”.

Contudo, na prática, os resultados do censo de 1890 acabaram mesclando tendências da nova era republicana com resquícios do período imperial. Como era recente o novo modelo de estruturação territorial, a divisão censitária ainda incorporou as Paróquias como unidades, como se pode observar na Tabela 3, onde os resultados são apresentados segundo aquelas unidades tradicionais.

Esse recenseamento também apresentou problemas. Os trabalhos de apuração dos resultados, por exemplo, ocorreram com grande morosidade, seja porque na época não eram ainda de aplicação corrente equipamentos mecânicos, seja em razão dos acontecimentos políticos observados nos primeiros anos do regime republicano

(IBGE, 2003, p.15). Outro problema desse recenseamento foi a tardia divulgação de seus resultados, que somente vai acontecer em 1898.

O censo de 1890 mostrou uma grande evolução demográfica de Juiz de Fora. Nesse ano, com 74.136 habitantes, o município era, demograficamente, maior que São Paulo, que somava 64.934. Entre os 117 municípios de Minas Gerais, já figurava como o terceiro mais populoso (atrás de Sabará, com 77.754 habitantes e Serro, com outros 75.270), sendo o oitavo do país. Se em 1872 concentrava 1,88% da população do Estado, esse índice atingia agora 2,33%.

Graças ao dinamismo econômico proporcionado pela cultura cafeeira, que continuava atraindo muitos migrantes, havia ultrapassado Barbacena, de quem havia se emancipado, e que contou 57.850 habitantes. Também havia ultrapassado a capital, Ouro Preto, que somou 59.249 habitantes. Outros vários municípios da Zona da Mata, lócus da produção cafeeira, apresentaram grande população nesse censo, destacando-se Muriaé (50.189 habitantes); Viçosa (46.413 habitantes); Ponte Nova (41.103 habitantes); Mar de Espanha (41.046 habitantes); Pomba (38.176 habitantes) e Leopoldina (35.531 habitantes).

O município de Juiz de Fora estava à época, administrativamente dividido em 13 distritos, que se agrupavam em 10 paróquias, como apresentado na Tabela 3.

Distritos	Paróquias	População
Juiz de Fora	Santo Antônio do Juiz de Fora	22.586
Sarandy	Nossa Senhora do Livramento do Sarandy	5.929
São Pedro de Alcântara	Nossa Senhora da Glória, em São Pedro de Alcântara	5.399
Mathias Barbosa		
Chapéu d'Uvas	N. Senhora da Assumpção do Chapéu d'Uvas	9.301
São F. de Paula do Monte Verde	São Francisco de Paula do Monte Verde	4.359
Nossa Senhora do Rosário	Nossa Senhora do Rosário	2.051
Rio Preto	São José do Rio Preto	13.255
Porto das Flores		
Chácara		
Água Limpa	São Sebastião de Chácara	3.245
Sant'Anna do Deserto	Sant'Anna do Deserto	3.553
Vargem Grande	Sant'Anna da Vargem Grande	4.458
Total (Município)		74.136

Tabela 3 – População do Município de Juiz de Fora, por unidades político-administrativas, em 1890

Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (1898, p.55)

2.4 Recenseamento de 1900

O recenseamento geral de 1900 foi também marcado pela ocorrência de alguns problemas. Em Minas Gerais, por exemplo, como explicado na Sinopse do Censo

(Diretoria Geral de Estatística, 1905, p.VI), receberam-se os boletins coletados em 509 distritos, faltando informações de outros 205. As populações distritais em falta foram em parte calculadas pelas taxas de crescimento obtidas para os respectivos municípios, confirmados sempre esses resultados pelos elementos fornecidos pelo Registro Civil. “A comparação das populações assim obtidas e das recenseadas, com as correspondentes em 1890 forneceu a taxa com que foram calculadas as demais populações distritais”.

Em São Paulo, dos 171 municípios do Estado, 44 não enviaram boletins de recenseamento (Diretoria Geral de Estatística, 1905, p.IX). Os resultados das apurações na cidade do Rio de Janeiro, publicados em janeiro de 1901, suscitaram protesto geral, pela deficiência dos dados, sendo nomeada uma comissão para estudar a matéria. O parecer dessa comissão teve como conseqüência o cancelamento dos resultados do censo de 1900, na parte referente ao Distrito Federal, que impôs a necessidade de se proceder a um novo inquérito na área territorial da capital da República (IBGE, 2003, p.16).

Em 1900, o município de Juiz de Fora se tornou, demograficamente, o mais populoso entre os 124 que formavam Minas Gerais, com seus 91.119 habitantes, concentrando 2,38% da população do Estado. Nesse censo a nova capital, Belo Horizonte, recentemente inaugurada, contou 13.472 habitantes. Além disso, se tornou o sexto município do país em população, atrás de 5 capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém).

Outro problema desse recenseamento se liga à forma de divulgação dos seus resultados. Só foram publicadas informações referentes à população total do município e à sua constituição por sexo. Os importantes dados por distritos e demais variáveis pesquisadas são, ainda hoje, de difícil obtenção. Para a cidade de Juiz de Fora, sede do município, por exemplo, só existe um dado demográfico conseguido a partir de uma notícia veiculada num jornal local da época. O *Pharol*, em sua edição nº 23, ano XXXV, de terça feira, 5 de fevereiro de 1901, página 1, trazia uma informação sobre o recenseamento realizado no ano anterior. Segundo o jornal o distrito da cidade de Juiz de Fora, contava em 1900, com 18.055 habitantes, 9.067 homens e 8.988 mulheres. Assim, em 1900, o distrito-sede abrigava 19,81% da população total do município.

2.5 CENSO Municipal de 1907

Nesse ano ocorre em Juiz de Fora um censo municipal, o que exemplifica, em grande medida, o poder econômico do município, lastreado pela cultura cafeeira e, ao mesmo tempo, o poder da Câmara Municipal (à época sob a administração de Duarte de Abreu) que realizou tal feito.

Mesmo que não fosse essa a intenção, a efetivação desse recenseamento, ocorrido entre 30 de junho e 01 de julho de 1907, com trabalhos executados pelo Sr. Antônio Machado Sobrinho, se tornou muito importante para os estudos demográficos

locais, pois seus dados suprimam, parcialmente, a falta daqueles do Censo de 1910, que não foi realizado.

Levando-se em conta apenas o resultado final desse censo pode-se observar que a população municipal reduziu se comparada ao censo anterior. Mas há que se considerar que esse era um censo municipal, com metodologia diferente e que o censo de 1900, como já dito, apresentou-se problemático.

No censo de 1907 a divisão político-administrativa do município apontava a presença de 13 distritos, como mostrado na Tabela 4.

Distritos	Homens	Mulheres	Total
Distrito da cidade de Juiz de Fora	13.774	14.779	28.553
Mathias Barbosa	3.366	2.822	6.188
Água Limpa	3.220	2.756	5.976
São Francisco de Paula	3.046	2.880	5.926
Paula Lima	2.833	2.611	5.444
Vargem Grande	2.767	2.625	5.392
São Pedro de Alcântara	2.576	2.689	5.265
Sarandy	2.684	2.487	5.171
Sant'Anna do Deserto	2.451	2.358	4.809
Chácara	2.355	2.129	4.484
São José do Rio Preto	1.824	1.627	3.451
Rosário	1.628	1.502	3.130
Porto das Flores	839	820	1.659
Totais	43.363	42.085	85.448

Tabela 4 – População do Município de Juiz de Fora, por distritos, em 1907

Fonte: Abreu (1907, p.58-59).

2.6 Recenseamento de 1920

O censo de 1920, como os anteriores, tem resultados muito contestados. Silva e Barbosa (2006, p.31), por exemplo, afirmam que “o censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%”.

Nesse censo Juiz de Fora ainda tem posição de destaque. Seus 118.166 habitantes deixavam o município em 3º lugar entre os 178 do Estado, atrás de Teófilo Otoni, com 163.199 habitantes e Caratinga, com 137.017, mas ainda à frente da capital, Belo Horizonte, com 55.563 habitantes. Pelos dados desse censo o município de Juiz de Fora concentrava 2% da população do Estado.

No país, Juiz de Fora ocupava a 11ª posição entre os municípios de maior população, depois das citadas cidades mineiras e de: Rio de Janeiro (Distrito Federal), com 1.157.873 habitantes; São Paulo, com 579.033; Recife, com 238.843; Belém, com 236.402; Salvador, com 233.422; Porto Alegre, com 179.273; Campos/RJ, com 175.850 e Rio Preto/SP, com 126.796. Do ponto de vista demográfico ocupava posição expressiva já que existiam no Brasil apenas 13 municípios com população superior a 100 mil habitantes, sendo 4 no Estado de São Paulo (além dos citados, Campinas e Santos) e 3 em Minas Gerais.

Em 1920 Juiz de Fora tinha seu município dividido administrativamente em 13 distritos, como apresentado na Tabela 5.

Distritos	Área (km ²)	População
Juiz de Fora	399,08	51.392
Mathias Barbosa	143,07	6.793
Chácara	100,40	6.807
São José do Rio Preto	128,00	4.167
São Francisco de Paula	441,75	6.916
Rosário	210,83	4.437
São Pedro de Alcântara	87,85	6.119
Vargem Grande	225,89	5.120
Sarandy	82,83	4.534
Porto das Flores	130,52	1.678
Água Limpa	148,09	5.570
Paula Lima	233,42	7.229
Sant'Anna do Deserto	133,03	7.404
Município	2.464,76	118.166

Tabela 5 – População e área do Município de Juiz de Fora, por distritos, em 1920

Fontes: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1926, p. 427); Mapa “Município de Juiz de Fora”, da Comissão Mineira do Centenário (1924);

3 | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, NO PERÍODO 1850/1920

Torna-se possível reconhecer e destacar algumas importantes características do processo de evolução demográfica do município de Juiz de Fora, no período de 1850 a 1920, tendo por base os resultados dos censos demográficos oficiais realizados nesse período.

1) O expressivo crescimento demográfico do município – desde sua emancipação, em 1850, o crescimento demográfico do município de Juiz de Fora seguiu o ritmo ditado pela economia cafeeira. Enquanto essa atividade se expandia ocorria paralelamente um grande afluxo migratório, que se destinava diretamente à cultura cafeeira, para atuar como mão de obra nas áreas rurais, ou indiretamente, em direção à cidade, onde os recursos gerados por essa atividade econômica estavam sendo aplicados em atividades tipicamente urbanas. A Tabela 6 apresenta a evolução da população do município de Juiz de Fora entre 1855 e 1920, utilizando dados demográficos dos censos oficiais realizados no período. Também é possível observar a posição que o município ocupava no Estado, segundo o número de habitantes.

Censos	População total do município	Crescimento no período (%)	Posição no Estado de Minas Gerais
1855	27.792	---	---
1872	38.336	37,93	16º
1890	74.136	90,89	3º

1900	91.119	22,91	1º
1920	118.166	29,68	3º

Tabela 6 – Dados demográficos do Município de Juiz de Fora (1850/1920)

2) Composição da população municipal, segundo o sexo: os dados sobre essa característica da população do município de Juiz de Fora espelham muito bem a influência da cultura cafeeira. Enquanto o café representou a base da economia local, entre 1855 e 1920, a população masculina foi maior que a feminina. Esse fato se torna ainda mais nítido quando se considera os dados dos censos de 1855 e 1872, observando-se especificamente a sensível diferença entre a população escrava masculina (grande maioria) e a população escrava feminina. Tão logo ocorre a crise econômica de 1929 e o café deixa de ser o principal produto econômico, a situação se inverte. Pode-se imaginar que isso esteja ligado ao processo migratório, que teve a direção alterada quando a cultura cafeeira perde importância. Assim, enquanto o café se estabeleceu como atividade econômica majoritária o fluxo migratório acompanhava a lógica de uma atividade realizada, em sua maior parte, por homens. Quando o café perde importância e deixa de formar a base da economia local, o processo emigratório atinge muito mais a população masculina e os dados apresentam tendência inversa, o que se observa a partir do censo de 1940 (Tabela 7).

Censos	População total	Homens	Mulheres
1855	27.792	16.215 (10.700 escravos)	11.577 (5.728 escravas)
1872	38.336	21.877 (8.156 escravos)	16.459 (6.212 escravas)
1890	74.136	40.355	33.781
1900	91.119	49.149	41.970
1907	85.448	43.363	42.085
1920	118.166	60.239	57.927
1940	104.172	51.203	52.969
1950	126.989	61.876	65.113
1960	181.389	88.153	93.236
1970	238.510	114.562	123.948
1980	307.816	148.368	159.448
1991	385.734	184.282	201.452
2000	456.796	217.411	239.385
2010	516.247	244.024	272.223

Tabela 7 – População do Município de Juiz de Fora, por sexo, no período 1855/2010

3) Concentração demográfica na sede do município – Essa é outra característica que sofreu grande transformação com o fim do ciclo do café. Entre 1850 e 1920 o que se observa é que a população de Juiz de Fora, embora sempre crescente, se mantinha relativamente dividida pela vasta área municipal. Como o café era a principal

atividade econômica e ele era produzido em muitas povoações do município, também a população se mantinha dispersa, sem que houvesse expressiva concentração na sede, como se pode ver pelos dados da Tabela 8. Mesmo nos censos que apresentam Juiz de Fora como um dos municípios mais populosos do país, internamente a realidade era outra, ou seja, embora o município tivesse expressiva população, sua sede não abrigava – diferente de hoje – a maior parte dos seus habitantes.

Essa situação se altera sobremaneira após a crise de 1929, pois a decadência da cultura cafeeira significou a derrocada da economia de quase todos os municípios da região, bem como (e, sobretudo) das áreas rurais do próprio município de Juiz de Fora. A população dessas áreas migrou para Juiz de Fora, e especificamente, para a sede urbana do município, que sempre ocupou uma posição de centralidade, tanto da economia, quanto da infraestrutura. Essa situação, com o tempo, tendeu a se intensificar, de modo que a partir do censo de 1940 se observa o progressivo aumento da concentração da população do município no distrito-sede.

A decadência do café implicou num esvaziamento econômico e demográfico, grande e duradouro para muitas localidades. Vários dos antigos distritos de Juiz de Fora, que viveram a prosperidade proporcionada pela cafeicultura, hoje, mesmo na condição de municípios autônomos, ainda não conseguiram recuperação. Santana do Deserto, por exemplo, chegou a ter em 1920, 7.404 habitantes, quase o dobro do efetivo demográfico registrado no censo de 2010 (3.860 moradores). Chácara, município emancipado de Juiz de Fora contava, em 1920, 6.807 habitantes, enquanto em 2010, apenas 2.792.

Censos	População total	População da sede	% de concentração na sede
1855	27.792	6.466	14,57
1872	38.336	18.775	48,97 (*)
1890	74.136	22.586	30,47%
1900	91.119	18.055 (**)	19,81%
1907	85.448	28.553	33,41
1920	118.166	51.392	43,49
1940	104.172	81.325	78,07
1950	126.989	102.901	81,03
1960	169.440	156.290	92,24
1970	238.510	230.207	96,52
1980	307.816	301.545	97,96
1991	385.734	379.973	98,50
2000	456.796	451.722	98,89
2010	516.247	509.203	98,63

Tabela 8 - Concentração da população do Município na sede, no período 1855/2010

(*) Lembramos que em 1872 não foi recenseada a Paróquia de N. S. da Glória de São Pedro de Alcântara, que compunha o município, e por disso, o percentual de concentração na sede está superestimado; (**) Segundo dados do Jornal O Pharol, de 05 de fevereiro de 1901, p.1;

A concentração da maioria da população municipal no distrito-sede acabou

se revelando, na prática, sinônimo de urbanização. A atual taxa de urbanização de Juiz de Fora, de acordo com os dados do censo de 2010 é de 98,86%, ou seja, dos 516.247 habitantes do município, 510.378 se localizam na área urbana, número muito parecido com o dos que habitam o distrito-sede. Essa concentração do processo urbano na sede do município é conseqüência de uma especialização criada pela elite cafeeira, que elegeu Juiz de Fora como sede de suas moradias e investimentos. A economia cafeeira estabeleceu papéis bem definidos para a área rural do vasto município, a quem cabia a produção de bens primários, especialmente o café e para o núcleo urbano, que dará origem à cidade propriamente dita, foi investida boa parte dos capitais oriundos da cafeicultura, em atividades marcadamente urbanas, como o comércio, a prestação de serviços e a construção civil.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das pretensões desse trabalho é promover a divulgação dos dados demográficos do município, que têm sido pouco e/ou subutilizados pelos pesquisadores da história e geografia local/regional, em muitos casos, por desconhecer sua existência. Eles são extremamente oportunos para o estudo consorciado com outros vários temas, como economia, urbanismo, construção territorial, entre outros. Também é de seu escopo estimular outras e mais detalhadas pesquisas, capazes de elucidar novas questões e aprofundar as considerações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Duarte de. **Mensagens apresentadas à Câmara Municipal de Juiz de Fora por seu Presidente Dr. Duarte de Abreu – triênio 1905 a 1907**. Juiz de Fora: Tipografia do Correio de Minas, 1907.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil em 1872. Minas Gerais (Segunda Parte)**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1876.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado**. Juiz de Fora: Panorama Editora, 2007.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Metodologia do censo Demográfico 2000. Série Relatórios metodológicos – N° 25**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora:

UFJF, 1985.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; SANTOS, Flávio Augusto Sousa. Evolução Político-administrativa do Município de Juiz de Fora/MG. **Anais do V Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF**, p. 73-87, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV, 1ª parte. População: população do Brasil por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (Diretoria Geral de Estatística). **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854 – 1920)**. Niterói/RJ: UFF, 1991. (Dissertação de Mestrado em História).

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2009.

SANTIAGO, Sinval Batista. Juiz de Fora à luz da história e dos documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Ano VIII, n. 8, p.17-36, 1979.

SANTIAGO, Sinval Batista. Primeiro documento oficial dando a este lugar o nome de Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Ano IX, n. 9, p.23-24, 1985.

SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Lígia de O. População e estatísticas vitais. In: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 29/57.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Separata da **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XX, n.1, 1958.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

